



RICARDO CALDAS defende formas diversas de acesso aos terrenos

Indústria quer flexibilidade para ocupar terra

A posição da Federação das Indústrias do DF (Fibra) vai ao encontro da defesa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Para Ricardo Caldas, vice-presidente da Fibra e empresário do setor de tecnologia da informação, o governo não pode limitar a forma de distribuir os lotes do Parque Capital Digital a apenas concessão de uso ou venda por licitação.

Caldas afirma que deve existir formas diversas de acesso aos terrenos, por meio de venda direta, de venda por licitação, por concessão ou por acesso via Pró-DF.

— Somos favoráveis a todas elas, desde que não haja descaracterização do parque. Para lá devem ir apenas empresas da área de tecnologia — afirma Caldas. — Temos de ser democráticos na forma de acesso, permitindo que uma empresa possa ir para uma área de concessão e outra queira benefício econômico do Pró-DF — completa.

Para que o Parque Capital Digital não receba empresas que não sejam do setor de tecnologia, Caldas ressalta a importância da gestão do parque. Regras precisam ser extremamente rígidas. E obedecidas.

— O segredo do sucesso dos parques tecnológicos do Japão, da Coréia e de Taiwan está na governança. São as regras claras que definirão o ambiente do parque — opina.

O Parque Capital Digital, segundo Caldas, significará a relocação das empresas de tecnologia da informação para uma nova área de Brasília. Além de um novo endereço para as empresas brasilienses do setor, o espaço deverá atrair empresas de fora.

— Queremos trazer empresa de fora, mas também queremos desenvolver as que já estão aqui. Elas é que criaram a vocação de Brasília para a tecnologia — diz.

Ricardo Caldas representou a Fibra na audiência pública realizada semana passada na Câmara Legis-

lativa do DF. Junto com representantes da Universidade de Brasília, UniCeub, Universidade Católica de Brasília, Sindicato das Indústrias de Informação e Embrapa, Caldas entregou aos deputados distritais um manifesto em prol da ciência, tecnologia e inovação no DF.

O manifesto foi produzido com o objetivo de pedir mais recursos orçamentários à Fundação de Apoio à Pesquisa do DF, criada em 1992 e desde então patrocinadora de pesquisas realizadas no meio acadêmico. Mas o repasse de verbas para a FAP não ultrapassa R\$ 7 milhões desde que ela foi criada. De acordo com a Lei Orgânica do DF, o investimento em tecnologia deve ser de 2% do orçamento distrital, o que representaria algo em torno de R\$ 200 milhões.

— Essa é uma forma de dinamizar a economia do DF. O setor de tecnologia pode ser a vocação econômica de Brasília. O governo precisa investir em pesquisa e em incentivo para as empresas — acredita Caldas.